

Rex in Reginarum:
D. Dinis de Portugal entre Relações de Parentesco
e de Poder (1261-1325)

JOSÉ AUGUSTO DE SOTTOMAYOR-PIZARRO

Faculdade de Letras-Univ. Porto/CEPESE
Academia das Ciências de Lisboa
Real Academia de la Historia

In memoriam María de Molina
Mercedes Gaibrois

Dedicata Às Colegas Espanholas

Introdução

Desde há muitos anos que não escondo a minha admiração por um conjunto de rainhas que, em diferentes reinos da Hispânia Medieval, marcaram profundamente os séculos XIII e XIV, não apenas do ponto de vista político e social, mas também no âmbito da espiritualidade. A partir da minha biografia de D. Dinis de Portugal¹, o *Rei Poeta* e, mais recentemente, de um estudo sobre os parentes portugueses de Afonso X, o *Rei Sábio*, de Castela², fui compreendendo melhor como essas rainhas, através das fortíssimas redes de parentesco que

¹ Sottomayor-Pizarro, *D. Dinis (1261-1325)*. As gravuras que acompanham este texto foram retiradas de António de Holanda e Simão Bening, *A Genealogia do Infante Dom Fernando de Portugal*. Os esquemas genealógicos são da responsabilidade do autor deste texto.

² Sottomayor-Pizarro, «Afonso X e os seus parentes portugueses».

uniam as diferentes casas reais peninsulares, exerceram uma influência muitas vezes decisiva para o devir daqueles reinos.

Este texto foi por isso construído a partir da análise das estruturas do parentesco régio peninsular entre os finais do século XII e os inícios do século XIV, entrelaçado pelo olhar sobre a evolução das conjunturas políticas dos diferentes reinos, com o fito de confluir para as figuras de D. Dinis e de Dona Maria de Molina, estreitamente unidos pelo parentesco, e cujos projectos políticos das respectivas monarquias transformaram, ora em aliados ora em antagonistas.

Por fim, a leitura atenta da biografia que a historiadora Mercedes Gaibrois de Ballesteros dedicou a Maria de Molina, ainda hoje um trabalho admirável, e ainda mais notável se pensarmos que foi escrito em 1936, também me levou a pensar no muito que devo à leitura e ao convívio com um dilatado grupo de colegas espanholas, desde o início da minha carreira em 1984. Por isso, este texto é feito em memória daquela Rainha de Castela e da sua biógrafa, e como dedicada homenagem a essas queridas Colegas e Amigas, notáveis historiadoras espanholas.

Há já muitos anos, um querido amigo e colega, o Professor Ermelindo Portela, fez um comentário sobre o nascimento do reino de Portugal que recorde muitas vezes: “José Augusto, sem tirar mérito a D. Afonso Henriques, que foi um monarca excepcional, o *nascimento* não foi o desafio mais difícil que Portugal teve de enfrentar, mas sim o da sua sobrevivência durante o sempre melindroso período da *infância*; e um dos que mais contribuiu para que ela fosse possível foi o seu primo Afonso VII quando, em 1156, decidiu que, à sua morte, Castela e Leão voltariam a separar-se!”. Como é evidente, tinha toda a razão e, como veremos ao longo destas páginas, essa separação e/ou união foi uma das traves essenciais para a evolução política peninsular, em particular nas relações entre D. Dinis e Dona Maria de Molina.



Fig. 1 - Tronco de D. Afonso Henriques
Genealogia dos Reis de Portugal, por Simão Bening, c. 1537-1543

Se o primeiro monarca português, por razões óbvias, casou fora das linhagens régias peninsulares, os seus descendentes, com pouquíssimas exceções, foram reforçando, geração após geração os laços que uniram cada vez mais essas famílias, por tal forma que, muito depois dos tempos que agora nos ocupam, a união dos diferentes reinos hispânicos sob uma única coroa foi o corolário natural desse processo.

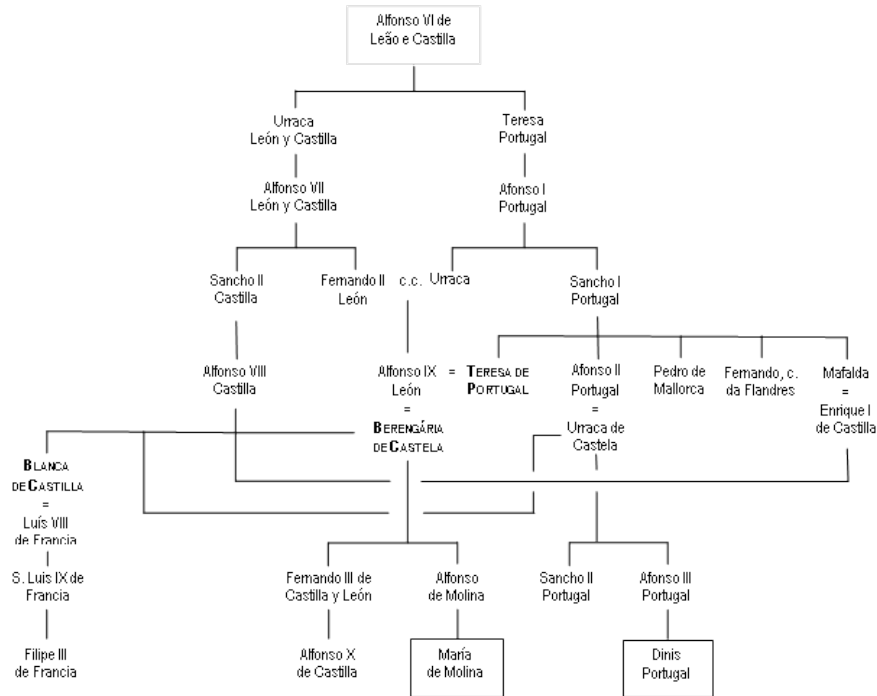


Fig. 2 - Tias e Rainhas (Leão, Castela e França)

Tias e Rainhas - entre os finais do século XII e os meados do século XIII

Dom Dinis e Dona María de Molina não conviveram com as figuras régias em torno das quais vou fazer alguns comentários; nascidos ambos no início da década de 1260, não poderiam ter conhecido as três filhas de Afonso VIII de Castela e de Leonor de Inglaterra que foram rainhas: Berengária (1179-1242), Rainha de Leão pelo seu casamento com Afonso IX de Leão e herdeira da Coroa de Castela pela morte inesperada do seu irmão, Henrique I, em 1217; Urraca (1186-1220), Rainha de Portugal pelo seu casamento com D. Afonso II de Portugal; e Branca (1188-1252), Rainha de França como mulher de Luís VIII de França. Ou as duas filhas de D. Sancho I de Portugal e Dona Dulce de Aragão, que também o foram: Teresa (1176-1250), Rainha de Leão entre 1191 e 1197, como primeira mulher do referido Afonso IX; e Mafalda, efêmera Rainha de Castela, casada com Henrique I. E, no entanto, todas foram determinantes para a vida de ambos.



Fig. 3 - Afonso VIII de Castela e Leonor de Inglaterra



Fig. 4 - Teresa de Portugal, Afonso IX de Leão, Berengária, Urraca e Branca de Castela

Com efeito, de forma mais ou menos perceptível, estas cinco rainhas, três irmãs castelhanas e duas irmãs portuguesas, cunhadas entre si e primas, tiveram uma acção mais ou menos directa na forma como, mais tarde, Dinis e Maria governariam os reinos que o destino lhes entregou.

Quando D. Afonso II de Portugal sobe ao trono em 1211, por morte de seu pai D. Sancho I, toma duas decisões com um profundo sentido político: primeiro, manda reunir cortes em Coimbra, as primeiras que se registam em Portugal, e onde demonstra de forma muito clara que pretende orientar a sua governação no sentido de reforçar os poderes régios; depois, recusa-se a fazer cumprir as últimas vontades do seu pai, no que respeitava às generosas doações que este deixara às suas filhas, as Infantas Teresa, Mafalda e Sancha, nomeadamente quanto à entrega de várias vilas reguengas, que D. Afonso II considerava que não deviam sair do património régio. Os resultados não se fizeram esperar. Quanto aos seus irmãos, os

Infantes D. Fernando e D. Pedro, saíram definitivamente do reino: Fernando para o Norte da Europa, onde veio a ser Conde da Flandres, pelo casamento, e Pedro, primeiro como mordomo-mor do seu primo co-irmão e cunhado, Afonso IX de Leão, e depois para a corte do seu primo Jaime I de Aragão, onde veio a ser Conde de Urgel e depois Senhor de Maiorca; quanto às Infantas, declararam guerra ao seu irmão, para o que contaram com o apoio de uma série de famílias descontentes com a atitude “centralizadora” do novo monarca, e daquele mesmo Afonso IX, o qual, sob o pretexto muito cavalheiresco de defender os interesses daquela que fora a sua primeira mulher, Teresa, e da qual tinha três filhos, invadiu Portugal, naquela que foi a última tentativa de recuperar para Leão o território de Portugal.



Fig. 5 - Túmulo de Urraca de Castela, Rainha de Portugal
(Mosteiro de Alcobaça – Fotos: José Custódio Vieira da Silva/ Projecto IMAGO)

Sob vários pontos de vista, o reinado D. Afonso II tem sido entendido como o precursor de uma política régia de centralização, promovendo as primeiras cortes, como se disse, impondo os notários régios em todas as cidades e vilas do reino, mesmo aquelas que eram senhorios episcopais, como o Porto ou Braga, reorganizou a chancelaria régia, com a elaboração dos primeiros livros de registo de chancelaria e, por fim, mas não com menor importância, ordenou as primeiras Inquirições Gerais, em 1220, como resultado do seu enfrentamento com o arcebispo de Braga³. Seja como for, a verdade é que todo o reinado de D. Afonso II foi marcado pela guerra constante entre o Rei e os poderes senhoriais, em particular os episcopais, que se arrastaram até ao fim da sua vida, e que em muito influenciaram o destino do seu sucessor, D. Sancho II, que acabou por não conseguir enfrentar esses poderes, vindo

³ Sobre este reinado, Vilar, *D. Afonso II. Um Rei, sem tempo.*

a ser deposto pelo Papa em 1245. Mas, se este não conseguiu fazer frente a essa pressão senhorial, o seu irmão e sucessor, D. Afonso III continuou e levou ainda mais para diante essa política de afirmação do poder régio. Já voltarei a esta questão.

Se as suas irmãs foram rainhas de Leão e de Castela, D. Afonso II casou com a Infanta Dona Urraca, a segunda filha de Afonso VIII de Castela, a primeira aliança entre as duas famílias depois da independência de Portugal. Falecida muito antes das suas irmãs, em 1220, Urraca transmitiu uma importante consanguinidade aos seus filhos, primos co-irmãos dos monarcas castelhano e francês, Fernando III e Luís IX.

A relação com França é também muito importante. Pelos anos finais de 1220, o Infante D. Afonso de Portugal, em ruptura com o irmão mais velho, D. Sancho II, abandona Portugal e dirige-se para Paris, colocando-se sob a protecção da sua tia materna, Branca de Castela, viúva de Luís VIII de França, e regente pelo seu filho Luís IX. Casado com a Condessa de Bolonha, e muito próximo dos seus primos, São Luís, Afonso de Poitiers, Roberto de Artois e Carlos de Anjou, D. Afonso viveu quase quinze anos na corte mais centralizada da época, onde interveio com destaque e se familiarizou com os instrumentos de governação aplicados pelo rei de França e que depois desenvolveu durante o seu reinado. A sua relação de parentesco e de amizade com a família real francesa ficou bem evidente pelos nomes que deu aos seus dois filhos mais velhos: Branca e Dinis.

Uma última palavra para Teresa de Portugal e para Berengária de Castela, ambas rainhas de Leão, como mulheres sucessivas de Afonso IX. A história sobre a sucessão do reino de Leão é bem conhecida, e sempre girou em torno da angústia do último monarca leonês depois da morte do seu filho primogénito, Fernando, filho de Teresa, em 1214, e a inesperada ascensão do seu suposto sucessor, também Fernando e filho de Berengária, ao trono de Castela, em 1217. É evidente que as hipóteses das Infantas Sancha e Dulce, também filhas de Teresa, sucederem no trono leonês eram ínfimas, ainda para mais quando o seu pai não se preocupou com o seu casamento, o que não deixa de levantar a maior perplexidade tendo em conta o tempo que decorre entre 1217 e Setembro de 1230, quando o monarca morre⁴. Nesse mesmo ano, em Dezembro, e depois de as duas Rainhas terem acordado na forma de evitar uma guerra entre os dois partidos, assina-se em Benavente uma Concórdia, pela qual as Infantas Dona Sancha e Dona Dulce abdicam dos seus direitos ao trono leonês na pessoa do seu meio-irmão Fernando, a partir de então Rei de Castela e de Leão, Fernando III. União definitiva, e com consequências profundíssimas nos destinos políticos da Península Ibérica.

⁴ Julio González praticamente ignora a questão *Alfonso IX*, pp. 187-188.

Mas estas Rainhas, para além da sua importância no quadro das respectivas famílias reais, ou da sua actuação política, tiveram um importante papel sob o ponto de vista da difusão de novas fórmulas de espiritualidade e de monaquismo. Claro que a reforma cisterciense é muito anterior ao período vital destas senhoras, a mais velha das quais era Teresa, nascida em 1176. Todavia, o processo de aceitação de um monaquismo cisterciense feminino não foi fácil, pelo que a sua concretização foi muito mais tardia (1188). Mas, do meu ponto de vista, não creio que haja grandes dúvidas quanto à fonte inspiradora para as fundações cistercienses femininas portuguesas, levadas a cabo pelas três filhas de Sancho I de Portugal, ou seja a abadia de Santa Maria la Real de las Huelgas de Burgos, fundada em 1187 por Afonso VIII de Castela e a sua mulher Leonor de Inglaterra. Rainha de Leão entre 1190 e 1196, e por certo impressionada por aquela iniciativa, Teresa entrega em 1211 a abadia de Lorvão, antes beneditina e de monges negros, à Ordem de Cister, abadia que recebera de seu pai com as devidas autorizações pontifícias. Poucos anos depois (1219) foi a vez de a Infanta Dona Mafalda, efêmera Rainha de Castela, entregar à Ordem de Cister o mosteiro de Arouca, também antes beneditino, que o seu pai lhe deixara em testamento. E ainda uma irmã de ambas, a Infanta Dona Sancha, funda em Coimbra outro mosteiro cisterciense, este de raiz, por volta de 1224. As três irmãs seriam beatificadas no século XVIII⁵.

Também Berengária se fez sepultar nas Huelgas de Burgos, onde a sua filha Constança foi monja; quanto às suas irmãs, Urraca, Rainha de Portugal, foi sepultada na abadia cisterciense de Alcobaça e, finalmente, também Branca de Castela, Rainha de França, foi responsável pela fundação das abadias cistercienses de Royaumont (1228) e de Maubuisson (1236).

De regresso à política, um último apontamento sobre a sucessão de Afonso IX de Leão. Continuo a insistir na questão da ausência de qualquer plano para casar as suas filhas, Sancha e Dulce, sendo até possível que se pensasse num matrimónio entre Sancha e o seu primo e Rei de Portugal, Sancho II, o que poderia supor no futuro uma união dos dois reinos mais ocidentais da Península. Ou então, se a exclusão de Fernando foi um facto a partir de 1217, porque não escolheu como sucessor o seu filho D. Afonso, depois Senhor de Molina e pai da Rainha Dona Maria de Molina? Esta seria uma excelente solução para manter vivo o reino independente de Leão. Assim não aconteceu, como já vimos, e desde 1230 que se

⁵ Sobre toda a questão da implantação cisterciense feminina, quer a nível geral quer hispânico, e em particular em Portugal, veja-se o trabalho monumental de Luís Miguel Malva de Jesus Rêpas, *Esposas de Cristo*, que corresponde à sua dissertação de doutoramento (para o tema referido no texto, especialmente, vol. I, pp. 55-85).

constitui a Coroa de Castela, integrando de novo e para sempre as duas monarquias desmembradas por morte do Imperador Afonso VII de Leão e Castela.

Rex in Reginarum - Rei entre as Rainhas (1279-1325)



Fig. 6 - Tronco de D. Afonso III
Genealogia dos Reis de Portugal, por Simão Bening, c. 1537-1543

Depois de, nas páginas anteriores, ter referido alguns dos enquadramentos políticos que antecederam o período da vida e da governação das personagens principais deste texto, chegou a altura de os apresentar devidamente, tendo como pivot principal a figura de D. Dinis, nascido em 1261 e rei de Portugal entre 1279 e 1325, para tentar compreender a forma como se relacionou com três mulheres, todas Rainhas, não só importantes para a sua vida política, mas também pessoal: a sua mãe, Dona Beatriz de Castela, Rainha de Portugal; a sua mulher, Dona Isabel de Aragão, Rainha de Portugal; e a sua prima e tia, Dona Maria Afonso de Molina, Rainha de Castela. E, muito embora de forma secundária, a sua irmã mais velha, a Infanta Dona Branca, senhora das Huelgas de Burgos, e a sua filha, a Infanta Dona Constança de Portugal, Rainha de Castela.

Beatriz de Castela (*1242/1253-1279/+1303): Rainha e Rainha-Mãe

Como se referiu anteriormente, D. Afonso III de Portugal (1248-1279)⁶, o pai de D. Dinis, viveu bastantes anos na corte francesa (c. 1230-1245), e ali o casou a sua tia e Rainha, Dona Branca, com Matilde, a herdeira do condado de Bolonha, por volta de 1235. De resto, e pela titularidade desse condado, acabaria por ficar sempre conhecido pelo cognome de *o Bolonhês*.



Fig. 7 - D. Afonso e Matilde, Condes de Bolonha
Armas heráldicas usadas por D. Afonso na corte de França

⁶ Sobre este monarca, cfr. Ventura, *D. Afonso III*.

Um dos aspectos mais interessantes desta sua passagem por França, e com conseqüências até aos nossos dias, prende-se com o uso das armas heráldicas que D. Afonso ostentou enquanto frequentou a corte do seu primo São Luís, ou seja, um escudo partido, tal como se vê na figura acima, de Castela e de Dammartin. Com efeito, numa corte onde os castelos heráldicos das armas da Rainha Dona Branca seriam vistos em diferentes lugares, ornamentos e bandeiras, bem fez o seu sobrinho em fazer o mesmo, identificando-se assim de imediato, perante os outros cortesãos, como parente próximo daquela e dos seus filhos, o rei Luís IX e os seus irmãos, os quais, como adiante se verá, também combinavam as flores-de-lis de França, com os castelos de ouro em campo vermelho de Castela. Assim, D. Afonso combinou as armas de sua mãe, Dona Urraca de Castela, irmã de Dona Branca, com as armas dos Dammartin, família paterna de Matilde de Bolonha. Em boa verdade, as quinas de Portugal, ou seriam ignoradas ou não teriam naquela corte o mesmo peso político.

Pelo contrário, quando D. Afonso regressa a Portugal, em 1245, para disputar o trono ao irmão, D. Sancho II (1223-1248), caído em desgraça perante o Papado e incapaz de controlar o estado caótico em que o reino se encontrava, dividido entre diversas guerras senhoriais, assumiu de novo as quinas paternas. O problema é que, de acordo com uma das regras mais elementares dos usos heráldicos, só D. Sancho podia usar as armas plenas das cinco quinas azuis em campo de prata, herdadas do seu pai e do seu avô, enquanto primogénito, pelo que D. Afonso teve que encontrar uma forma de se identificar com as armas da família real a que pertencia e que pretendia chefiar, mas tendo que introduzir-lhe uma diferença para se distinguir do irmão mais velho, e por isso acabou por adoptar uma bordadura com as armas maternas de Castela a circundar as quinas de Portugal. E assim chegariam até nós, depois de algumas alterações posteriores mais subtis⁷.

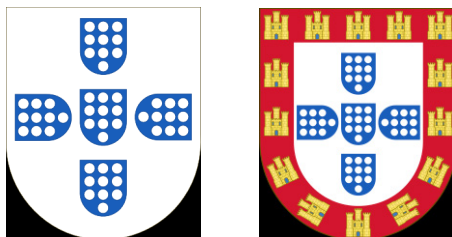


Fig. 8 - Armas heráldicas de D. Sancho II e de D. Afonso III

⁷ Sobre o significado e evolução das armas nacionais, cfr. Seixas, *Quinas e castelos. Sinais de Portugal*.

De resto, e como se pode ver no esquema seguinte, da autoria do meu saudoso e querido amigo, Faustino Menéndez Pidal⁸, todos os descendentes das filhas de Afonso VIII de Castela acabaram por utilizar de diversas formas a combinação de armas paternas (Leão, Portugal, França ou Aragão) com as maternas (Castela):

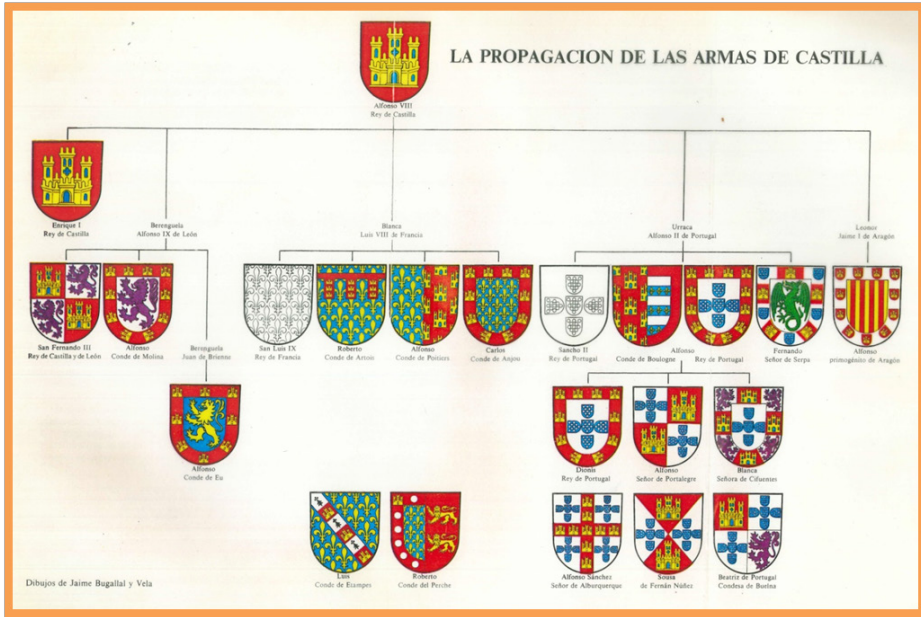


Fig. 9 - Difusão das armas de Castela através da descendência das filhas de Afonso VIII

Como é natural, esta coincidência, transmitida pela análise dos testemunhos heráldicos dos vários príncipes, vai muito para além do estudo da armaria medieval, muito interessante, por certo, mas que não deverá ofuscar o complexo entramado familiar e de parentescos régios que deixa adivinhar, o qual sustentou uma poderosíssima rede de relações diplomáticas e políticas entre os dois lados dos Pirenéus (fig. 10)⁹.

Mas voltemos à nossa narrativa. Firmado no trono de Portugal depois da morte, sem descendência, do seu irmão mais velho, ocorrida no seu exílio em Toledo, em Janeiro de 1248, D. Afonso III apressou-se a ultimar a conquista do Algarve, concluindo-se assim a reconquista do território português em 1249.

⁸ Menéndez Pidal de Navascués, *Heráldica Medieval Española*, pp. 48-49 e 59-68.

⁹ Esquema genealógico da responsabilidade do autor.

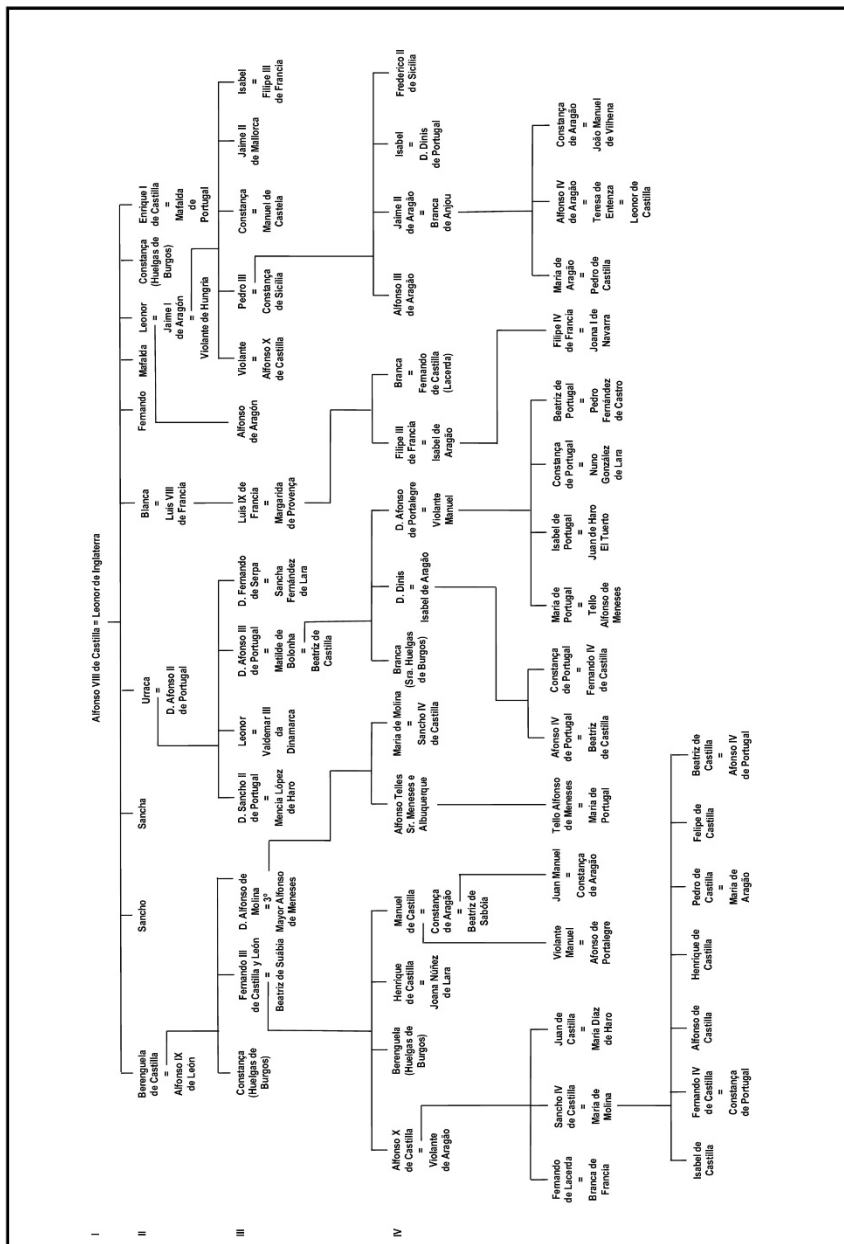


Fig. 10 - Quadro dos parentescos entre as famílias reais hispânicas e francesa (sécs. XIII-XIV)

Essa conquista, porém, levantou um sério e complexo problema diplomático e fronteiriço com o vizinho reino de Castela-Leão, que reclamava a posse do reino algarvio, o qual só se resolveria anos mais tarde, com a assinatura do Tratado de Badajoz, em 1267¹⁰. Essa reaproximação entre os dois reinos, de resto, também tinha passado previamente pelo matrimônio de D. Afonso III com Dona Beatriz, a filha mais velha e natural do rei de Castela Afonso X, *o Sábio*, em 1253. Nesse ano, porém, o monarca português ainda se encontrava casado com a condessa de Bolonha, o que configurou uma situação complexa de bigamia, e a excomunhão de D. Afonso e de D. Beatriz, apenas resolvida depois da morte de Dona Matilde, ocorrida em 1260, e a subsequente legitimação dos três filhos mais velhos do casal, os infantes Dona Branca, D. Dinis e D. Afonso.



Fig. 11 - D. Afonso III e Dona Beatriz, Reis de Portugal
Genealogia dos Reis de Portugal, por Simão Bening, c. 1537-1543

De qualquer forma, um dos aspectos mais interessantes da resolução daquele problema de disputa territorial, resolver-se-ia precisamente recorrendo à pessoa de D. Dinis. Em poucas palavras, Afonso X de Castela entregava à sua filha Dona Beatriz, a título de dote, o reino do Algarve, o qual passaria depois para o seu filho e herdeiro da coroa portuguesa, o futuro rei D. Dinis; um único detalhe, mas não pequeno e muito menos inocente: o jovem príncipe ficaria obrigado a

¹⁰ Sobre esta questão, e do meu ponto de vista, continuam a ser fundamentais os artigos de José Mattoso, «As relações de Portugal com Castela no reinado de Afonso X, o Sábio» de Manuel González Jiménez, «Las relaciones entre Portugal y Castilla» e de Manuel García Fernández, «La política internacional de Portugal y Castilla en el contexto peninsular del Tratado de Alcañices (1267-1297)». Do ponto de vista eclesiástico, a questão foi analisada num artigo interessantíssimo por José Marques, «Afonso X e a Diocese de Silves».

prestar auxílio ao rei de Castela pela posse do Algarve, com um certo número de lanças, ou seja, e dito por palavras mais directas, Portugal ficaria obrigado a uma relação de vassalidade feudal para com Castela pela posse do reino do Algarve. O que em boa medida explicará porque é que até Afonso XI os reis castelhanos continuaram a intitular-se reis do Algarve.

Não é este, por certo, o espaço para descrever o reinado de D. Afonso III, mas há uma referência que se torna incontornável, em ordem a compreender o que depois foi o do seu filho e os dos monarcas seguintes. Se D. Afonso II, como já foi dito, ensaiou uma clara política de afirmação do poder régio face aos poderes senhorias, em particular os episcopais¹¹ –muito embora se possa afirmar que os resultados foram parcos e até razão principal para a instabilidade do governo seu primeiro sucessor, D. Sancho II–, é inegável que o mote tinha sido dado e que o seu verdadeiro continuador foi o seu filho segundo. D. Afonso III conjugou assim o exemplo paterno com o muito que pôde observar na corte do seu primo Luís IX, que encabeçou uma das cortes mais claramente centralizadoras dos meados do século XIII. Desde que assumiu a coroa, e de imediato concluída a reconquista do território, o monarca encetou um percurso muito bem delineado para a afirmação do poder régio, escudando-se no apoio de uma alta nobreza antes dividida, mas que ele teve a arte de congraçar, reforçando o aparelho administrativo central, organizando as finanças régias e o território, para dar continuidade à política paterna de controlo dos poderes eclesiásticos; por sinal, os mesmos que apoiaram a sua conquista do trono ao irmão, excomungado desde 1245¹². De resto, e por ironia do destino, D. Afonso III morre praticamente excomungado, em Fevereiro de 1279, deixando ao filho um reino interdito por sanções apostólicas.

A poucos meses de completar 18 anos, D. Dinis (*9.10.1261/1279-1325) ascende ao trono de Portugal a 16 de Fevereiro de 1279¹³. Como se poderá calcular, é muito difícil imaginar qual seria o tipo de relação que poderia ter existido entre o jovem monarca e os seus pais. Uma coisa é certa, e já na biografia do monarca dei nota da minha estranheza a respeito: não consta qualquer

¹¹ Por diversas vezes tenho afirmado que os primórdios dessa política já se deverão procurar nos reinados de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I - cfr. Sottomayor-Pizarro, «Da Cooperação ao Conflito».

¹² Para além da excelente biografia deste monarca, já citada, veja-se ainda a síntese mais directamente ligada aos aspectos enunciados de Mattoso, «1258-1264: o triunfo da monarquia portuguesa».

¹³ Todas as referências que se seguem estão devidamente documentadas na biografia que dediquei ao monarca e que já anteriormente foi citada, e para a qual me atrevo a remeter o leitor (vd. nota 1).

referência a uma negociação prévia que conduzisse ao casamento de qualquer um dos filhos do casal, em especial os três mais velhos e que há pouco referi. Talvez o assunto estivesse na mente do falecido monarca quando, em 1277, associou o filho mais velho ao trono e, no ano seguinte, lhe organizou casa própria, com os respectivos oficiais; a sua morte, porém, poderá ter interrompido qualquer projecto matrimonial pensado pelos pais de D. Dinis, mas nunca chegou até nós qualquer notícia que apontasse a direcção desses hipotéticos projectos.

Mais certo, porém, parece ser o seu relacionamento com a mãe, a agora rainha-mãe Dona Beatriz, que não me atreveria a classificar de forma negativa, mas que não seria propriamente afectuoso. Como se sabe, Dona Beatriz tentou impôr ao filho um conselho de regência nos primeiros tempos do reinado, que para além dela própria integrava mais dois dos mais próximos conselheiros do falecido monarca, D. João Peres de Aboim, mordomo-mor, e D. Afonso Peres Farinha, Prior do Hospital, numa clara tentativa de prolongar o controlo do poder nas mãos daqueles que o exerciam até havia poucas semanas. A verdade é que D. Dinis não o aceitou e aquele conselho cessou funções em finais do seguinte mês de Março.

Mas acredito que a relação entre mãe e filho, que eventualmente não seria das mais risonhas, deverá ter esfriado bastante, e só poderá ter piorado ainda mais quando Afonso X de Castela, talvez preocupado com o mau entendimento entre a sua filha querida e o seu neto, pretendeu encontrar-se pessoalmente com D. Dinis, para o que marcou uma entrevista a realizar em Badajoz, em Março de 1280. Mas o mais que o rei português se aproximou do avô foi deslocar-se até Elvas, adiando sucessivamente o encontro, mesmo quando os seus tios Sancho, Pedro e João ali o visitaram e animaram a acompanhá-los até Badajoz. Acabou por ir-se embora, regressando a Lisboa. Não deixam de ser bastante impressivas as palavras com que a crónica do Rei Sábio registou esse episódio:

“E porque o rei dom Dinis de Portugal, neto deste rei dom Afonso, andava desavindo da rainha dona Beatriz sua mãe, filha que era deste rei dom Afonso, mandou pedir este rei dom Afonso a este rei de Portugal seu neto que viesse a Elvas, uma vila que é do reino de Portugal, que está a três léguas de Badajoz. E o rei dom Afonso enviou-lhe o Infante dom Sancho seu filho e o Infante dom Manuel seu irmão e o Infante dom Pedro e o Infante dom João e o Infante dom Jaime, seus filhos, e que por eles rogava que o viessem ver ali a Badajoz. E este rei dom Dinis deteve-os ali três dias e deu-lhes por resposta que se fossem e que logo iria ver o rei dom Afonso seu avô. E desde que eles chegaram a Badajoz aonde estava o rei dom Afonso seu padre e lhe

disseram a resposta que lhes dera el rei de Portugal seu neto, agradou-se com ela e esteve esperando que ele viesse. E o rei de Portugal, receando que o rei o queria meter sob o poder da rainha sua mãe, dona Beatriz, de que ele não estava pagado, não quis ir a Badajoz ver o avô e foi-se para Lisboa. E quando disseram isto ao rei dom Afonso e viu que o rei de Portugal seu neto não se queria guiar por ele, tornou-se para Sevilha”¹⁴.

É muito possível que D. Dinis não pretendesse sofrer qualquer pressão do avô para “fazer as pazes” com a mãe, como nós hoje diríamos, tal como o entendeu o cronista quinhentista Duarte Nunes de Leão, ao afirmar que não indo à entrevista parecia ao jovem monarca «que menos agravo fazia a seu avô, não indo ver-se com ele, do que em negar-lhe o que lhe pedisse». Palavras avisadas, sem dúvida. Talvez, porém, esse não fosse o pior dos seus temores, mas antes, quem sabe, qualquer exigência de submissão por aquelas já referidas “lanças algarvias” do Tratado de Badajoz de 1267... D. Dinis não poderia sofrer, perante Afonso X e a restante corte castelhana, a dupla humilhação de vergar perante a mãe e, não tanto o avô, mas perante o Rei de Castela!

Depois deste episódio, as relações entre mãe e filho ainda viriam a sofrer uma forte erosão devido a uma série de conflitos que os terão colocado em campos opostos. O primeiro foi o do enfrentamento entre os seus dois filhos, o rei D. Dinis e o seu irmão, o Infante D. Afonso, que tinha recebido do pai um vasto domínio localizado junto da fronteira (Portalegre, Arronches, Marvão e Castelo de Vide) com a Extremadura leonesa, e que teve sempre uma atitude de agressividade contra o monarca. A primeira de três campanhas militares –nas quais D. Afonso saiu sempre derrotado– teve lugar em 1281, e terminou com a fuga do Senhor de Portalegre para junto da mãe e do avô, que o amparou e casou com a sua sobrinha, Dona Violante Manuel, a filha mais velha do Infante D. Manuel de Castela, irmão mais novo de Afonso X, *o Sábio*. Pouco depois deste episódio, já Dona Beatriz e as infantas suas filhas, Dona Branca e Dona Sancha, teriam ido para Sevilha, para junto de Afonso X. E, nas circunstâncias difíceis em que o seu avô se encontrava, em plena guerra com o filho, o futuro Sancho IV, e enquanto a sua mãe se desvelava em atenções para com o pai, ficando junto dele até à morte deste, ocorrida em 1284, D. Dinis enviava tropas para apoiar o seu tio contra o seu avô! Podemos imaginar o quanto estas circunstâncias mais terão afastado D. Dinis de Dona Beatriz. E por certo do avô, que não deixou de

¹⁴ González Jiménez (ed.), *Crónica de Alfonso X*, p.206 (o excerto foi traduzido para português e ligeiramente adaptado).

referir o episódio no seu último testamento, de 8 de Novembro de 1283, através de impressionantes palavras de mágoa, até comovedoras:

“E voltamo-nos para o rei de Portugal, que era nosso neto, filho da nossa filha, que nos ajudasse de maneira que não caísse sobre nós tão cruel fim como este. Mas ele, juntando à sua juventude o conselho que lhe deram contra Deus e contra o direito aqueles que lho aconselharam (...). Mas fê-lo de muitas maneiras ocultamente, o que nos fez um grande dano. Assim que mais o vimos amigo do nosso inimigo que nosso”¹⁵.



Fig. 12 – Túmulo da Rainha Dona Beatriz
(Mosteiro de Alcobaça – Fotos: José Custódio Vieira da Silva/ Projecto IMAGO)

De resto, o episódio do frustrado encontro de Março de 1280, e o mau estar daí decorrente entre avô e neto, poderá explicar porque é que o processo de conversações com Pedro III de Aragão, e que levaram ao casamento de D. Dinis com Dona Isabel de Aragão foi feito através da mediação de Filipe III de França, primo segundo do noivo, quando a atitude mais natural e lógica teria sido fazê-lo através Afonso X, cunhado do rei aragonês e tio da noiva.

Por todas estas circunstâncias, e a chegada de uma nova rainha a Portugal, terão levado Dona a Beatriz a permanecer em Castela, junto do seu irmão – e é por isso natural que tenha sido madrinha do futuro Fernando IV – mas sobretudo

¹⁵ González Jiménez (ed.), *Diplomatario Andaluz de Alfonso X*, doc. 518, p. 549 (o excerto foi traduzido e ligeiramente adaptado).

da sua filha mais velha, a Infanta Dona Branca (1259-1321), que graças à influência do seu tio Sancho IV veio a ser Senhora das Huelgas de Burgos, a poderosa abadia cisterciense e panteão régio. Dona Beatriz acabaria por falecer em 1303, em Portugal, mas viveu sempre afastada da corte do seu filho. Também foi sepultada no mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, junto do seu marido.

Pelo contrário, D. Dinis teve uma excelente relação com a sua irmã, Dona Branca, alimentada ao longo da vida de ambos, como já tive a oportunidade de analisar¹⁶. Está sepultada no mosteiro das Huelgas, num belíssimo túmulo, talvez um dos mais vistosos exemplares de arca tumular medieval armoriada da Península Ibérica¹⁷.



Fig. 13 – Túmulo da Infanta Dona Branca de Portugal (Mosteiro das Huelgas de Burgos)

Isabel de Aragão (*c.1270/1281-1325/+1336): Rainha e Rainha-Mãe

Se a relação de D. Dinis com a mãe, como se acabou de ver, não ficou propriamente marcada por um ambiente cordial e afectuoso, quase se poderia afirmar o mesmo quanto aos dois cônjuges¹⁸. Casados desde 1281, a diferença de idades não terá facilitado o relacionamento entre ambos, em particular desde a chegada da Rainha a Portugal, em 1282, até porque D. Dinis já era um homem feito, e talvez já com um filho natural, o célebre conde D. Pedro de Barcelos, possivelmente nascido cerca de 1280.

¹⁶ Sottomayor-Pizarro, *D. Dinis (1261-1325)*, p.220.

¹⁷ Menéndez Pidal de Navascués, «Algunos Monumentos Heráldicos Portugueses en España».

¹⁸ Já tive a oportunidade de analisar esta questão com o maior detalhe, pelo que procurarei aqui sintetizar o que o leitor mais ávido poderá ali apreciar exhaustivamente – cfr. Sottomayor-Pizarro, *D. Dinis (1261-1325)*, pp. 230-235.

Mais do que a diferença de idades, que sempre se vai atenuando conforme os anos vão passando, creio que aquilo que mais os distinguiu eram as personalidades tão diferentes, tanto quanto é possível a um historiador descortinar por entre a secura ou exiguidade das fontes directas para estes períodos, acabando muitas vezes por se imporem as impressões tardias dos cronistas áulicos ou monásticos. Todavia, não será arriscado ver em D. Dinis um homem particularmente enérgico e viril, guerreiro, caçador e amante igualmente celebrado, e ornado pelo talento poético e de grande cultura. Quanto a Dona Isabel, pelo contrário, a sua espiritualidade e religiosidade foram as pedras de toque que, juntamente com a bondade, melhor definiram o seu carácter, revelando-a desde a infância com a aura de uma forte inclinação mística, abrindo-lhe com naturalidade o caminho para a Santidade, ornando-o com vários milagres¹⁹.

Talvez que a melhor manifestação dessa diferença de sentir e de agir se tenha materializado nos dois únicos filhos tidos pelo casal, num curtíssimo espaço de tempo, e sem quaisquer notícias de outras “esperanças” antes ou depois dos nascimentos de Dona Constança e de D. Afonso, respectivamente em 1290 e em 1291.



Fig. 14 - D. Dinis e Dona Isabel, Reis de Portugal
Genealogia dos Reis de Portugal, por Simão Bening, c. 1537-1543

¹⁹ Para uma biografia desta rainha, sublinhando em particular esta perspectiva devocional e de santidade de Dona Isabel, cfr. Andrade, *Isabel de Aragão – Rainha Santa, Mãe Exemplar*. Numa outra perspectiva, cfr. Sottomayor-Pizarro, «Isabel, Princesa de Aragão e Rainha de Portugal (1270-1336)».

Como então disse, se à Rainha, *desde muito nova dada a orações e jejuns, e a quem provavelmente não atrairiam as expressões físicas do amor conjugal*, pelo contrário, D. Dinis, era *bastante dado ao exercício físico (...) e comprovadamente atraído pelas mulheres, tema principal da sua produção poética, e pelos prazeres carnavais*²⁰, do que resultaram, pelo menos, seis filhos bastardos conhecidos, tidos em outras tantas barregãs, bastardos que anos depois viriam a ser um dos principais motivos de discórdia entre o monarca e o seu filho herdeiro, sempre apoiado pela mãe.

A questão do número reduzido de gestações pode parecer secundário, mas, de facto, não o era. Com efeito, e como se sabe, a grande maioria das rainhas passava muito da sua vida activa grávida e a acompanhar a criação dos filhos, sobrando-lhes muito pouco tempo para se imiscuírem nos negócios da governação, surgindo muito raramente com algum protagonismo, excepto quando recaia nelas a responsabilidade de uma regência, pela morte prematura do monarca e a inevitável menoridade do sucessor. Ora, como se pode adivinhar, Dona Isabel teve todo o tempo disponível para se dedicar à política. E, na verdade, para além todas as suas devoções e actos de caridade, revelou por ela um gosto muito especial e é inegável que actuou com grande discernimento e intensidade.

Uma das áreas onde a sua acção mais se destacou foi na ligação com o seu reino de origem, em especial graças à sua excelente relação com o seu irmão Jaime II de Aragão. As cartas trocadas entre si, as demonstrações de afecto mútuo foram correntes ao longo dos anos, destacando-se a importância da correspondência que trocaram e da qual se conhecem vários exemplares. Claro que essas relações ganharam mais intensidade quando houve uma articulação entre os interesses portugueses e aragoneses, como ocorreu após a morte de Sancho IV de Castela e os dois cunhados concertaram um ataque simultâneo às fronteiras castelhanas, do que resultou a invasão da Riba-Côa por Portugal –depois sancionada pelo Tratado de Alcañices, em 1297²¹– e do reino de Múrcia por Aragão.

Neste quadro de relações ganharam especial relevo as negociações –iniciadas em 1300– e que conduziram à assinatura dos acordos de Torrellas e Tarazona, em 1304, nos quais D. Dinis teve o importante papel de árbitro para a resolução dos problemas que opunham Castela a Aragão pela ocupação do reino de Múrcia acima referida, e pelos problemas de natureza sucessória que opunham Fernando IV de Castela aos seus primos, os Infantes de Lacerda. O encontro entre as três famílias reais de Portugal, Castela e Aragão para a assinatura desses acordos

²⁰ José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *D. Dinis (1261-1325)*, p. 232.

²¹ Sobre esta questão, e por mais recente, veja-se Sottomayor-Pizarro, «O Tratado de Alcañices e a instituição da fronteira com vizinhos ameaçadores».

ficou celebrada de diversas formas, desde logo pelo relato, na primeira pessoa, pelo conde D. Pedro de Barcelos, que acompanhou a comitiva portuguesa junto do seu pai, deixando dessa jornada uma notícia circunstanciada na sua Crónica Geral de Espanha de 1344. e que permitiu o reencontro de parentes havia muito separados²², como aconteceu com o rei Jaime II e a sua irmã, a Rainha de Portugal, como de reste ele próprio pedira a D. Dinis:

“E rei rogamo-vos muito que quando Deus quiser a nossa entrevista que venha convosco a muito nobre dona Isabel rainha de Portugal vossa mulher e nossa cara irmã porque havemos grande desejo de vê-la porque rei não nos podias dar maior prazer”²³.

Desse encontro, também marcado por uma amistosa troca de presentes entre todos os participantes, chegou até nós uma peça de inegável valor artístico, um relicário do Santo Lenho oferecido por Jaime à sua irmã, com as armas heráldicas aragonesas, e que hoje integra o tesouro da Rainha Santa:

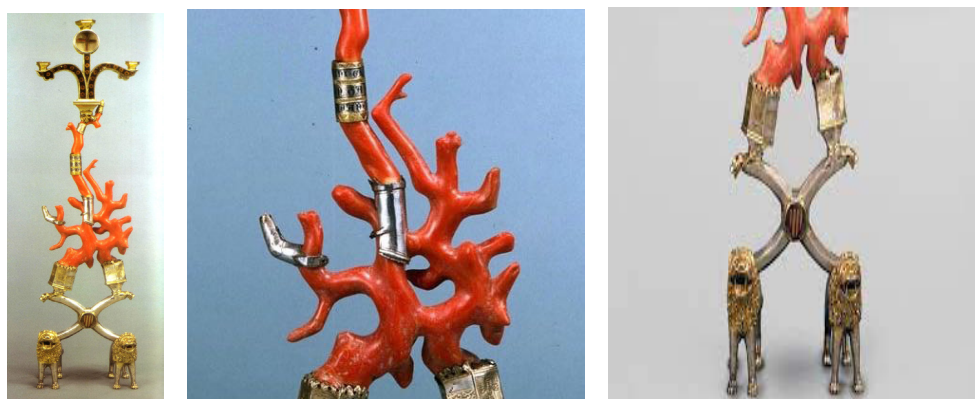


Fig. 15 – Relicário do Tesouro da Rainha Santa Isabel

(Fotos: José Pessoa/ Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus)

Se, a nível da política externa, a actuação de Dona Isabel se articulou com os interesses do seu marido, já a nível interno a relação não poderia ter sido pior e o choque entre ambos foi praticamente continuado, devido à sua intransigência na defesa dos interesses do seu filho, o Infante herdeiro D. Afonso, contra a declarada

²² Cintra (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, pp. 248-251.

²³ Masiá de Ros, *Relación Castellano-Aragonesa desde Jaime II a Pedro el Ceremonioso*, vol. 2, pp. 39-40.

protecção e preferência de D. Dinis pelos seus filhos bastardos. Mas não apenas isso, pois que a Rainha também se opusera, por exemplo, à legitimação dos filhos do seu cunhado –uma vez que o casamento de D. Afonso com Dona Violante Manuel nunca fora aceite pela Igreja devido ao parentesco próximo entre ambos– por considerara que aquela prejudicaria os bens da Coroa, ao sancionar a sucessão de senhorios salvaguardada contra a ilegitimidade do nascimento dos herdeiros.

Todavia, e como se disse, foi a defesa dos interesses do futuro D. Afonso IV que levou ao distanciamento ou até à ruptura entre os cônjuges, em particular quando a guerra entre pai e filho estalou, a partir de 1319, prolongando-se até 1324, e com Dona Isabel a utilizar as rendas dos seus senhorios para financiar os exércitos do de D. Afonso, o que levou o rei D. Dinis, em 1322, a desterrar a sua própria mulher e rainha em Alenquer, retirando-lhe todas as rendas!²⁴

Esse afastamento progressivo acabou por se revelar também depois da morte de ambos. Desde o seu primeiro testamento (1299), que D. Dinis pensava fazer-se sepultar na abadia régia de Alcobaça, junto dos seus antepassados e da sua mulher. Todavia, no segundo testamento (1322) já destina a sua sepultura no mosteiro de monjas cistercienses que ele tinha fundado em 1295. E assim aconteceria quando, em Janeiro de 1325 o monarca fechou para sempre os seus olhos, sendo sepultado num túmulo muito destruído ao longo dos anos, desde o Terramoto de 1755 até às Invasões Francesas.



Fig. 16 – Túmulo de D. Dinis no Mosteiro de Odivelas

²⁴ Todo este processo foi por mim analisado – cfr. Sottomayor-Pizarro, *D. Dinis (1261-1325)*, pp. 189-200.

Mas a Rainha decidiu de outra forma e, tendo envergado o hábito das clarissas, retirou-se para o seu paço junto ao convento de Santa Clara de Coimbra, aonde viria a falecer em 1336, sendo sepultada num túmulo verdadeiramente espectacular. Como afirmou um autor, com a maior perspicácia, a propósito destes dois destinos funerários de D. Dinis e de Dona Isabel, “também na morte separados”!²⁵



Fig. 17 – Túmulo da Rainha Santa Isabel (Convento de Santa Clara-a-Nova – Coimbra)

Maria de Molina (*c.1260/1284-1295/+1321): Rainha, Rainha-Mãe e Rainha-Avó

Nascida cerca de 1260, Dona Maria de Molina era filha do Infante Dom Afonso e de Dona Maior Afonso de Meneses, e neta de Afonso IX de Leão e de Berengária de Castela. Por isso, sendo sobrinha de Fernando III de Castela e prima co-irmã de Afonso X de Castela, o Sábio, não deveria ter casado com o Infante D. Sancho, filho deste último e seu primo segundo, ou seja, num grau de parentesco canonicamente proibido. Mas, a verdade é que o fizeram e tiveram muitos dissabores por essa razão, tal como o filho herdeiro e sucessor de ambos, Fernando IV de Castela. Como facilmente se observa pela árvore genealógica publicada mais acima (Fig. 10), D. Dinis era primo de Dona Maria de Molina

²⁵ Dias, «Dinis e Isabel, uma difícil relação conjugal e política».

—eram ambos bisnetos de Afonso VIII de Castela— e seu sobrinho por afinidade, já que D. Sancho era irmão de Dona Beatriz, mãe do monarca português.

Ora, como vimos anteriormente, D. Dinis teve sempre um excelente relacionamento com o seu tio²⁶, como ficou bem demonstrado quando apoiou D. Sancho contra o pai, Afonso X, o Sábio, durante a guerra que os opôs entre 1282 e 1284. E também, alguns anos depois, quando ambos se uniram para controlar os desmandos do Infante D. Afonso de Portalegre, aliado com D. Álvaro Núñez de Lara, que a partir dos domínios fronteiriços do infante português efectuou vários ataques contra Castela ao longo do ano de 1286, o que obrigou D. Dinis e Sancho IV a cercar os revoltosos em Arronches, pondo assim um termo às violências. Muito mais significativo, porém, foi o apoio político, concretizado por um auxílio militar em 1289, no conflito que decorreu da aproximação de Sancho IV de Castela a Filipe IV, *o Belo*, de França, em detrimento das relações com Afonso III de Aragão, irmão da rainha portuguesa, envolvendo ainda as questões sucessórias dos Infantes de Lacerda e a figura do infante castelhano D. João, irmão do rei castelhano e tio do português, protagonistas que referirei mais tarde.

Não se deverá, pois, estranhar, que todo este bom relacionamento pessoal e político se materializasse num reforço dos laços de parentesco que união as duas famílias régias. Assim, em Setembro de 1291, durante um encontro entre os dois monarcas, em Ciudad Rodrigo, ficou acordado o casamento do herdeiro da coroa castelhana, o futuro rei Fernando IV de Castela, com a filha mais velha do rei português, a Infanta Dona Constança, nascida no ano anterior.

E, ainda quando, nos anos seguintes, as vicissitudes políticas das relações peninsulares possam ter levado a algumas situações de constrangimentos menores entre tio e sobrinho, a verdade é que as relações se mantiveram muito próximas entre ambos até à morte precoce de Sancho IV em Abril de 1295, como ficara demonstrado pelo apoio militar prestado por D. Dinis na conquista de Tarifa, em 1292²⁷.

²⁶ De resto, os três tinham idades muito aproximadas - Sancho IV nasceu em 1258, Maria de Molina em 1260 e D. Dinis em 1261.

²⁷ Sobre todos estes sucessos, cfr. Sottomayor-Pizarro, *D. Dinis (1261-1325)*, pp. 105-107.

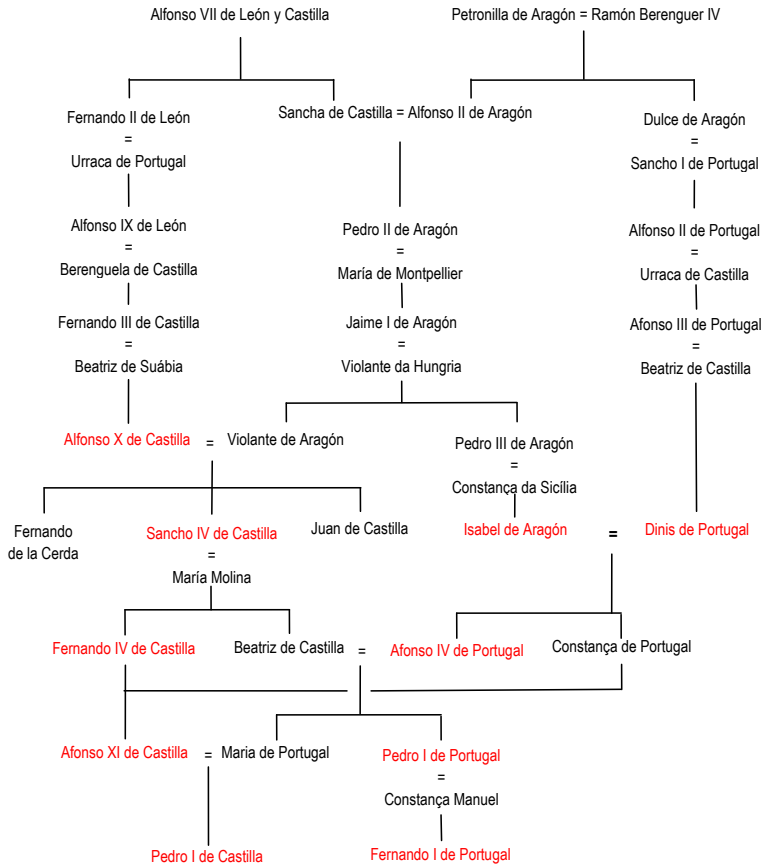


Fig. 18 - Relações familiares entre Castela, Aragão e Portugal (Sécs. XII-XIV)

Seria nos anos seguintes que D. Dinis e Dona Maria de Molina esgrimiriam os seus interesses, nem sempre coincidentes, é certo, mas forçosamente convergentes, tendo em conta as difíceis circunstâncias políticas que marcaram esse período. Creio que não será muito temerário afirmar, que ambos teriam partilhado do bom entendimento que até aí se vivera entre as cortes portuguesa e castelhana, mais ainda quando, como se viu em vários momentos, D. Dinis sempre apoiara Sancho IV, o mesmo é dizer que os interesses de Dona Maria Molina e os do seu filho e herdeiro. Mas terá sido sempre assim, isto é, terá a rainha castelhana apoiado sem reservas a combinação matrimonial de D. Fernando com Dona Constança em 1291? Terá sido por instigação sua que, por volta de 1293, circulou a notícia de que aquela combinação matrimonial poderia ser questionada perante uma hipótese de aproximação a França,

com o casamento de D. Fernando com uma filha de Filipe o *Belo*, ou Margarida, falecida logo no ano seguinte, ou Isabel, a célebre *Loba de França*, nascida em 1292 e desde 1308 casada com Eduardo II de Inglaterra? Nunca, por certo, se poderá saber, mas a verdade é que depois da morte de Sancho IV a Rainha viúva e Rainha-Mãe, regente de Castela na menoridade do seu filho, se distanciou as mais das vezes do seu primo e sobrinho. E, recorde-se, regente de um rei cujo nascimento não era legítimo, uma vez que o casamento de Sancho e Maria nunca fora sancionado pela Igreja.

A toda esta complexa trama política haveria que acrescentar as pretensões dos Infantes de Lacerda, e ainda, talvez com maior impacto, do Infante D. João, irmão do falecido monarca, considerando-se o legítimo herdeiro do trono uma vez que os sobrinhos eram ilegítimos. Este, sem dúvida, é um dos momentos em que D. Dinis revelou melhor a sua faceta de político perspicaz –outros, diriam, sem escrúpulos– apoiando as pretensões de D. João ao trono de Leão-Galiza, mas mantendo o trono de Castela na posse de Fernando IV, ao fim e ao cabo seu futuro genro, pelo que ao mesmo tempo que exigia o cumprimento do acordo matrimonial de 1291, pressionava os súbditos leoneses a apoiarem o Infante D. João e acolhia os de Lacerda na sua corte. O sempre eterno sonho de um regresso a uma “Hispania dos Cinco Reinos”, mais equilibrada, leia-se, melhor controlável por parte de Portugal e Aragão, face à divisão da supremacia territorial Castelhana-Leonesa.

Todos sabemos como os acontecimentos se precipitaram depois, com a ocupação do Reino de Múrcia por Jaime II de Aragão, ao mesmo tempo que D. Dinis invadia Castela, em Setembro de 1296, pela fronteira leonesa e se dirigiu a Simancas, pressionando assim a Regente e o seu filho, praticamente sitiados em Valladolid. Acabaria depois por se retirar, com a promessa de ganhos territoriais importantes na região da Riba-Côa e junto ao Guadiana. Ganhos que se consumariam um ano depois, com a assinatura do célebre Tratado de Alcañices (1297), sempre celebrado pela historiografia portuguesa como uma grande conquista e o nascimento da mais antiga linha de fronteira do mundo, mas que, do meu ponto de vista, não passa da ractificação de um acto de agressão militar com justificações políticas muito duvidosas, e com um recorte ético e moral francamente condenável²⁸. Mas, em Alcañices, não se tratou apenas de entrega de praças fronteiriças ou de alargamentos territoriais, uma vez que

²⁸ Sobre este tratado, vejam-se os numerosos contributos recolhidos por diversas actas de congressos, de entre as quais destacaria as seguintes: *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*; *O Tratado de Alcanices e a Importância Histórica das Terras de Riba Côa*; *El Tratado de Alcañices*. E, como é natural, são de leitura obrigatória as obras de César González Mínguez, *Fernando IV de Castilla (1295-1312)* e *Fernando IV (1295-1312)*.

estreitaram ainda mais os laços de parentesco acima referidos, com a confirmação do casamento de Fernando IV com Dona Constança de Portugal, é certo, mas agora com o casamento do Infante herdeiro da coroa portuguesa, depois D. Afonso IV, com a Infanta Dona Beatriz de Castela, irmã do monarca castelhano.

Depois de Alcañices, D. Dinis enceta uma política de maior neutralidade, ou mesmo de apoio ao seu jovem genro – ainda quando em 1298 ainda parece ter apoiado um projecto de entrega do reino da Galiza ao Infante D. João, que se acentua a partir de 1300, quando vai acabar por ser um dos factores de aproximação de Fernando IV de Castela com Jaime II de Aragão, que se veio a plasmar nos já comentados acordos de Torrellas e de Tarazona.

Nos anos seguintes D. Dinis apoiou directamente o genro, quer através de empréstimos em dinheiro quer pela cedência de tropas para algumas campanhas militares contra o reino de Granada, acedendo inclusive a pedidos feitos directamente pela sua filha, Dona Constança, com a qual, porém, não parece ter tido uma relação de grande afecto. Seja como for, os jovens reis castelhanos acabaram por falecer num breve espaço de tempo, Fernando em Setembro de 1312, e Constança em Novembro do ano seguinte, depois de uma luta infrutífera para garantir a custódia do filho e sucessor no trono –mais apoiada pela mãe e pelo tio, ou seja, Dona Isabel e Jaime II de Aragão, do que pelo pai– acabando Dona Maria de Molina por voltar a exercer a liderança da regência durante a menoridade do seu neto, Afonso XI de Castela, também neto de D. Dinis.

Por estes anos, começavam também os atritos que opuseram D. Dinis ao seu filho e herdeiro, D. Afonso, sempre apoiado pela Rainha Dona Isabel. O futuro monarca sentia-se agastado pela preferência por demais evidente do seu pai pelos vários bastardos, em especial D. Afonso Sanches, reunindo paulatinamente apoios junto do grupo da aristocracia, a qual, depois de anos consecutivos a ser controlada e manietada por uma política de centralização do poder régio, conduzida com grande firmeza, para não dizer obstinação, aproveitou esta oportunidade para se rebelar contra o monarca. Não tardou muito para que todos estes agastamentos passassem para o domínio das armas, começando uma guerra a partir de 1319, cujos contornos são claramente os de um enfrentamento entre os interesses régios e senhoriais, e que só ficaria concluído em 1324²⁹.

Ao longo desses anos, e este dado é bem significativo –e que de alguma forma permite concluir esta jornada em torno da relação de D. Dinis com as Rainhas do seu tempo– o Infante revoltoso contou sempre com o apoio da Rainha Dona Isabel,

²⁹ Cfr. Sottomayor-Pizarro, *D. Dinis (1261-1325)*, pp. 189-200.

e da sua sogra, a Rainha Dona Maria de Molina. Da Rainha Dona Isabel não nos estranha o apoio, como é evidente, manifestado de forma constante ao longo dos anos e em diversas situações. E, se como rezam os seus panegiristas, tentou por diversas vezes chamar à razão os dois adversários, não é menos verdade, como já aqui ficou referido, que com as rendas dos seus domínios patrocinava os exércitos do Infante contra o seu régio marido, levando D. Dinis a desterrar a sua rainha, caso único, tanto quanto sei, em toda a história portuguesa!



Fig. 19 - Túmulo da Rainha Dona Maria de Molina
(Mosteiro das Huelgas Reales de Valladolid)

Já quanto a Dona Maria de Molina, as razões também são fáceis de perceber, estando em jogo o futuro do seu genro e, especialmente, da sua filha, a Infanta Dona Beatriz. É verdade que D. Dinis, pelos anos de 1314-1315, dera o seu apoio à rainha regente, num dos períodos mais tensos da menoridade de Afonso XI³⁰, mas não se poderá também deixar de equacionar a falta de estima que a Rainha-Avó de Castela nutriria por um parente e monarca, que a humilhara e ao filho durante a menoridade de Fernando IV, e nas exigências impostas em Alcañices, em 1297. A verdade é que o Infante D. Afonso e Dona Beatriz foram por diversas vezes recebidos por Dona Maria de Molina, que se deslocou em 1319 até Ciudad Rodrigo, onde se encontraram em Maio desse ano; tal como, em 1321, e perante o agudizar da guerra, D. Afonso levou Dona Beatriz e o seu filho D. Pedro, depois rei, para Alcañices, para os resguardar de qualquer acidente ou violência.

³⁰ Sobre este tema, ver o excelente estudo de García Fernández, «Don Dionis de Portugal y la Minoría de Alfonso XI (1312-1325)».

Por esses anos, enfim, desapareciam alguns dos principais protagonistas desta narrativa. Em 1319, quando ninguém o poderia prever, perderam a vida, num recontro contra os mouros na veiga de Granada, os Infantes D. João e D. Pedro, o tio de D. Dinis, que este tanto patrocinara ao longo de vários anos com o fito de o promover a rei de Leão, primeiro, ou já só da Galiza, depois, e o irmão mais velho da Dona Beatriz, que colaborava na regência do seu sobrinho com a mãe, que assim sofria mais um rude golpe. E, por fim, em 1321, morrem a Infanta Dona Branca de Portugal, Senhora das Huelgas de Burgos, em Abril, o que muito terá entristecido D. Dinis, que muito a estimou, e logo depois, em Julho, a Rainha de Castela, Dona Maria de Molina. Quanto a D. Dinis, viria depois a falecer em Janeiro de 1325. Só a Rainha Dona Isabel sobreviveria por mais anos, até Julho de 1336.

Final

Como se poderá compreender, não são muito extensas as conclusões que se podem retirar depois deste excuro em torno das relações entre o monarca português, D. Dinis, e as rainhas e mulheres que mais marcaram a sua vida. Em particular, do ponto de vista político, e não tanto do ponto de vista afectivo, pois que, com excepção da sua irmã, a Infanta Dona Branca, o monarca parece ter tido bastante dificuldade em cultivar uma relação de proximidade com os seus parentes mais chegados, quer com a sua mãe, quer com a sua mulher, ou com o seu irmão e com os seus filhos. Os legítimos, entenda-se, porque com quem revelou toda sua afectividade e carinho foi com os seus filhos bastardos.

Creio que D. Dinis, porém, e como outros grandes reis da segunda metade do século XIII e da primeira do século XIV –e poderíamos pensar nos seus próprios pai e filho, D. Afonso III e D. Afonso IV de Portugal, no seu avô ou no seu neto, Afonso X e Afonso XI de Castela, no seu cunhado Jaime II de Aragão, ou ainda nos seus primos Luís IX e Filipe IV de França ou Eduardo I e Eduardo III de Inglaterra– olharam para o seu papel de monarcas como um dever quase sagrado, compreendendo que viviam um momento decisivo para a construção de estruturas políticas, administrativas, financeiras e jurídicas que configurariam novas Coroas, embriões de verdadeiros Estados, por muito que a utilização destes conceitos ainda cause algum incómodo aos mais puristas da Idade Moderna. Mas, também não creio que, hoje, ainda alguém questione a importância das centúrias de *Duzentos* e de *Trezentos* nesse processo de consolidação das estruturas sobre as quais se irão sedimentar os Estados, tal como chegaram aos nossos dias.

Nessa perspectiva, o monarca português levou por diante uma política de cunho centralizador, em continuidade, de resto, com o que fora o projecto iniciado pelo seu avô e desenvolvido pelo seu pai, e que ele e o seu filho elevariam a um patamar de nível excepcional. E, desse ponto de vista, os interesses do Rei e do Reino tinham que se sobrepor às considerações de natureza afectiva ou ética. Isso não terá impedido D. Dinis, e concluo com esta reflexão, de admirar o seu avô enquanto poeta e homem de cultura, pois ambos o foram num patamar de excelência; e o mesmo se dirá da forma como, no seu íntimo, não pode ter deixado de admirar a fibra e o carácter da sua prima e tia, a grande Rainha Dona Maria de Molina:

“Já as sombras iam caindo nas matas que circundavam os paços reais de Frielas. Os primeiros dias de Julho daquele ano da era de 1359 estavam a ser sufocantes, e o rei refugiava-se ali com gosto, afastando-o momentaneamente das preocupações que o prolongado conflito com o seu filho e herdeiro lhe provocavam. Olhando pensativamente pela janela gótica voltada para o jardim, é subitamente interrompido pela entrada do seu chanceler que lhe entrega uma carta cerrada, chegada havia pouco do vizinho reino de Castela. O rei quebra o selo púrpuro de castelos e leões e lê o pouco extenso conteúdo. Depois de voltar a olhar para o jardim cada vez mais envolto na penumbra, o rei dirige-se para uma mesa cheia de pergaminhos, penas e tinteiros. Pegando num deles toma a pena, molha-a em tinta e, depois de reflectir por uns segundos escreve:

«Morreu a Rainha de Castela, nossa prima, que Deus tenha piedade pela sua alma». E depois acrescenta - «Eu, Dinis, pela graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve, inclino-me perante a sua memória. Maria foi uma grande Mulher!».



Fig. 20 – REX IN REGINARUM